



TESOURO NACIONAL

RTN
2021

Setembro

Publicado em
28/10/2021

Ministério da Economia
Secretaria Especial do
Tesouro e Orçamento
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do Tesouro Nacional

Boletim – Vol. 27, N.09

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento

Bruno Funchal

Secretária Especial Substituta do Tesouro e Orçamento

Gildenora Batista Dantas Milhomem

Secretário do Tesouro Nacional

Jefferson Luis Bittencourt

Secretário Adjunto do Tesouro Nacional

Rafael Cavalcanti de Araújo

Subsecretários

Adriano Pereira de Paula

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Otávio Ladeira de Medeiros

Paula Bicudo de Castro Magalhães

David Rebelo Athayde

Pricilla Maria Santana

Waldeir Machado da Silva

Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Equipe Técnica

Fábio Felipe Dáquilla Prates

Fernando Cardoso Ferraz

Guilherme Ceccato

Assessoria de Comunicação Social (ASCOM/Tesouro Nacional)

Telefone: (61) 3412-1843

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 27, n. 09 (Setembro, 2021). –
Brasília: STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1. Finanças públicas – Periódicos. 2. Receita pública – Periódicos. 3. Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Panorama Geral do Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Discriminação	Setembro		Variação (2021/2020)		
	2020	2021	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	121.995,8	151.803,9	29.808,1	24,4%	12,9%
2. Transf. por Repartição de Receita	15.374,3	23.355,6	7.981,4	51,9%	37,8%
3. Receita Líquida (I-II)	106.621,5	128.448,2	21.826,8	20,5%	9,3%
4. Despesa Total	182.765,8	128.145,7	-54.620,1	-29,9%	-36,4%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	-76.144,3	302,6	76.446,8	-	-
Resultado do Tesouro Nacional	-58.875,7	15.347,3	74.222,9	-	-
Resultado do Banco Central	-42,2	-168,5	-126,3	299,3%	262,2%
Resultado da Previdência Social	-17.226,4	-14.876,2	2.350,2	-13,6%	-21,7%
Memorando:					
Resultado TN e BCB	-58.917,9	15.178,8	74.096,6	-	-

Em setembro de 2021, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi superavitário em R\$ 0,3 bilhão contra déficit de R\$ 76,1 bilhões em setembro de 2020. Em termos reais, a receita líquida cresceu R\$ 10,9 bilhões (+9,3%), enquanto a despesa total apresentou redução de R\$ 73,3 bilhões (-36,4%), quando comparadas a setembro de 2020.

Resultado Primário do Governo Central Mês Contra Mês – Notas Explicativas

Discriminação	Nota	Setembro		Variação Nominal		Variação Real	
		2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL		121.995,8	151.803,9	29.808,1	24,4%	17.307,9	12,9%
1.1 - Receita Administrada pela RFB		72.029,8	96.845,1	24.815,3	34,5%	17.434,9	22,0%
1.1.1 Imposto de Importação		3.997,8	5.306,8	1.309,0	32,7%	899,4	20,4%
1.1.2 IPI		5.763,2	6.515,7	752,5	13,1%	162,0	2,5%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	1	25.511,1	36.798,6	11.287,4	44,2%	8.673,5	30,8%
1.1.4 IOF	2	862,7	4.305,4	3.442,7	399,1%	3.354,3	352,7%
1.1.5 COFINS	3	21.320,5	25.403,4	4.082,8	19,1%	1.898,3	8,1%
1.1.6 PIS/PASEP		5.933,5	7.060,6	1.127,1	19,0%	519,1	7,9%
1.1.7 CSLL	4	5.193,9	7.189,7	1.995,9	38,4%	1.463,7	25,6%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		222,0	279,5	57,5	25,9%	34,7	14,2%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB		3.225,2	3.985,6	760,4	23,6%	429,9	12,1%
1.2 - Incentivos Fiscais		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	5	33.385,7	39.499,7	6.114,0	18,3%	2.693,2	7,3%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		16.580,2	15.459,0	-1.121,2	-6,8%	-2.820,1	-15,4%
1.4.1 Concessões e Permissões	6	5.321,1	600,1	-4.721,0	-88,7%	-5.266,2	-89,8%
1.4.2 Dividendos e Participações		1.241,6	264,7	-976,9	-78,7%	-1.104,1	-80,7%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		1.416,7	1.399,0	-17,6	-1,2%	-162,8	-10,4%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais	7	3.187,7	4.894,4	1.706,7	53,5%	1.380,0	39,3%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		1.105,7	1.493,0	387,4	35,0%	274,1	22,5%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		1.648,4	1.886,8	238,4	14,5%	69,5	3,8%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.8 Demais Receitas	8	2.659,1	4.921,0	2.261,9	85,1%	1.989,4	67,9%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		15.374,3	23.355,6	7.981,4	51,9%	6.406,0	37,8%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	9	11.358,6	17.884,9	6.526,3	57,5%	5.362,5	42,8%
2.2 Fundos Constitucionais		697,2	306,2	-391,1	-56,1%	-462,5	-60,2%
2.2.1 Repasse Total		739,4	1.095,0	355,6	48,1%	279,9	34,3%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-42,1	-788,8	-746,7	-	-742,3	-
2.3 Contribuição do Salário Educação		983,6	1.119,7	136,1	13,8%	35,3	3,3%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	10	2.201,0	3.890,4	1.689,4	76,8%	1.463,9	60,3%
2.5 CIDE - Combustíveis		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.6 Demais		133,9	154,5	20,6	15,3%	6,8	4,6%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)		106.621,5	128.448,2	21.826,8	20,5%	10.901,9	9,3%
4. DESPESA TOTAL		182.765,8	128.145,7	-54.620,1	-29,9%	-73.347,0	-36,4%
4.1 Benefícios Previdenciários	11	50.612,1	54.375,9	3.763,8	7,4%	-1.422,1	-2,5%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	12	24.481,4	25.271,0	789,6	3,2%	-1.718,9	-6,4%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias		88.478,6	26.630,9	-61.847,7	-69,9%	-70.913,6	-72,7%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	13	4.585,5	2.963,9	-1.621,6	-35,4%	-2.091,5	-41,4%
4.3.2 Anistiados		12,1	11,9	-0,2	-1,6%	-1,4	-10,7%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	14	19.333,5	0,0	-19.333,5	-100,0%	-21.314,5	-100,0%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		52,7	44,0	-8,7	-16,5%	-14,1	-24,2%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		5.150,2	5.645,8	495,6	9,6%	-32,2	-0,6%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	15	49.125,5	13.198,9	-35.926,6	-73,1%	-40.960,2	-75,6%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		659,2	574,3	-84,9	-12,9%	-152,5	-21,0%
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		105,0	111,5	6,5	6,2%	-4,3	-3,7%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		1.118,3	2.163,7	1.045,4	93,5%	930,8	75,5%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		140,4	209,1	68,7	49,0%	54,3	35,1%
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		838,1	852,5	14,4	1,7%	-71,4	-7,7%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		0,0	332,3	332,3	-	332,3	-
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		182,4	237,5	55,1	30,2%	36,4	18,1%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	16	5.117,4	-34,9	-5.152,3	-	-5.676,7	-
4.3.16 Transferências ANA		14,9	14,4	-0,6	-3,8%	-2,1	-12,8%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		124,0	94,1	-29,9	-24,1%	-42,6	-31,2%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		-76,6	211,8	288,4	-	296,3	-
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	17	1.995,9	-	1.995,9	-100,0%	2.200,4	-100,0%
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		19.193,6	21.867,9	2.674,3	13,9%	707,6	3,3%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	18	12.039,1	11.324,8	-714,3	-5,9%	-1.947,9	-14,7%
4.4.2 Discrecionárias	19	7.154,5	10.543,1	3.388,5	47,4%	2.655,5	33,7%
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		-76.144,3	302,6	76.446,8	-	84.248,9	-

Nota 1 - Imposto sobre a Renda (+ R\$ 8.673,5 milhões / + 30,8%): crescimento explicado, principalmente, pela elevação real no Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (+ R\$ 6.137,8 milhões / +44,8%) e no Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (+ R\$ 1.653,8 milhões / +16,1%). O resultado do IRRF é explicado, basicamente, pelo acréscimo real na arrecadação dos itens “Rendimentos do Trabalho Assalariado” (+6,32%) e “Participação nos Lucros ou Resultados - PLR” (+100,26%). Em relação ao IRPJ, destacam-se: i) acréscimos reais de 16,32% na arrecadação referente à estimativa mensal; ii) de 72,18% na arrecadação do balanço trimestral; e iii) de 17,78% na do lucro presumido. Houve também recolhimentos atípicos de, aproximadamente, R\$ 2 bilhões, por algumas empresas de diversos setores econômicos.

Nota 2 - IOF (+ R\$ 3.354,3 milhões / + 352,7%): aumento justificado principalmente restauração da tributação das operações de crédito, cuja alíquota se encontrava reduzida a zero entre 1º e 30 de setembro de 2020. Além disso, a elevação da alíquota do imposto pelo Decreto nº 10.797, de 2021, chegou a incidir nas operações de crédito realizadas no dia 20.09.21, cujo prazo de recolhimento venceu em 23.09.21.

Nota 3 - Cofins (+ R\$ 1.898,3 milhões / + 8,1%): esse resultado decorreu, fundamentalmente: (I) das variações reais de 0,00% do volume de vendas (PMC-IBGE) e de 17,70% no volume de serviços (PMS-IBGE) em setembro de 2021 em relação a setembro de 2020; e (II) bom desempenho das importações.

Nota 4 - CSLL (+ R\$ 1.463,7 milhões / + 25,6%): mesma explicação do IRPJ (ver Nota anterior).

Nota 5 - Arrecadação Líquida para o RGPS (+ R\$ 2.693,2 milhões / + 7,3%): em setembro de 2021 foi paga parte da parcela do diferimento do Simples Nacional relativa ao mês de maio de 2021, de acordo com a Resolução CGSN nº 158/21. Ainda, foi registrado saldo positivo de 372.265 empregos no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged/MTE) em agosto de 2021.

Nota 6 - Concessões e Permissões (- R\$ 5.266,2 milhões / - 89,8%): em setembro de 2020 houve pagamento antecipado de R\$ 5,1 bilhões em outorgas referentes aos contratos de concessão da Malha Paulista e da Ferrovia Norte-Sul. Evento sem contrapartida em setembro de 2021.

Nota 7 - Receitas de Exploração de Recursos Naturais (+ R\$ 1.804,9 milhões / + 52,9%): devido ao efeito conjunto do preço internacional do petróleo, câmbio e produção.

Nota 8 - Demais Receitas (+ R\$ 1.989,4 milhões / + 67,9%): influenciado pela restituição de despesas de exercícios anteriores (+ R\$ 0,8 bilhão) e pelo aumento na arrecadação de cota-parte do adicional ao frete para a renovação da marinha mercante - AFRMM (+ R\$ 0,8 bilhão).

Nota 9 - FPM / FPE / IPI-EE (+ R\$ 5.362,5 milhões / + 42,8%): reflexo da elevação conjunta, em agosto-setembro de 2021, dos tributos compartilhados (IR e IPI), quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Nota 10 - Transferências de Exploração de Recursos Naturais (+ R\$ 1.463,9 milhões / + 60,3%): efeito derivado do aumento da arrecadação na rubrica "Receitas de Exploração de Recursos Naturais".

Nota 11 - Benefícios Previdenciários - Total (- R\$ 1422,1 milhões / - 2,5%): resultado explicado pelo fato de o IPCA acumular aumento de 10,25% (na comparação setembro/2020 - setembro/2021), acima do reajuste concedido aos benefícios previdenciários no mesmo período de comparação.

Nota 12 - Pessoal e Encargos Sociais (- R\$ 1.718,9 milhões / - 6,4%): redução real influenciada pela ausência de reajustes salariais aos servidores públicos.

Nota 13 - Abono e Seguro Desemprego (- R\$ 2.091,5 milhões / - 41,4%): diminuição resultante dos impactos causados pela pandemia do Coronavírus (Covid-19) sobre a economia, em particular, sobre o nível de emprego (impacto mais expressivo em 2020), bem como da postergação dos pagamentos de abono salarial referentes ao 2º semestre de 2021 que serão pagos em 2022.

Nota 14 - Apoio Fin. Municípios/Estados (- R\$ 21.314,5 milhões): em setembro de 2020 foi realizado pagamento de Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF, inserido no rol de medidas para enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), sem contrapartida no mesmo mês de 2021.

Nota 15 - Créditos Extraordinários (exceto PAC) (- R\$ 40.960,2 milhões / - 75,6%): redução das principais despesas associadas às medidas de combate ao Covid-19, comparadas ao mês de setembro de 2020: i) Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (R\$ 8,2 bi em 2021 / R\$ 26,7 bi em 2020); ii) Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios (R\$ 2,9 bi em 2021 / R\$ 3,6 bi em 2020); iii) Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 0,1 bi em 2021 / R\$ 3,7 bi em 2020) e iv) Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito (R\$ 18,7 bi em 2020 sem contrapartida em 2021). Essa redução foi parcialmente compensada pela Aquisição de Vacinas (R\$ 2,0 bi em 2021 / R\$ 1,4 em 2020).

Nota 16 - Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 5.676,7 milhões): redução explicada, principalmente, porque em setembro de 2020 houve aporte da União de R\$ 5,5 bilhões (em valores reais) destinados ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito - PEAC Maquininhas. Evento sem contrapartida em setembro de 2021.

Nota 17 - Financiamento de Campanha Eleitoral (- R\$ 2.200,4 milhões): houve execução de despesas associadas às eleições municipais de 2020, sem contrapartida no mesmo mês de 2021.

Nota 18 - Obrigatórias com Controle de Fluxo (- R\$ 1.947,9 milhões / - 14,7%): explicada pela redução nos pagamentos do programa Bolsa Família (- R\$ 1,8 bilhão / - 60,6%).

Nota 19 - Discricionárias (+ R\$ 2.655,5 milhões / + 33,7%): aumento concentrado principalmente na função Saúde (+ R\$ 1,6 bilhão / + 143,0%).

Panorama Geral do Resultado do Governo Central

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Acumulado do Ano Anterior

R\$ milhões - a preços correntes

Discriminação	Jan-Set		Variação (2021/2020)		
	2020	2021	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	1.012.941,9	1.370.198,7	357.256,8	35,3%	25,9%
2. Transf. por Repartição de Receita	187.038,5	252.227,7	65.189,2	34,9%	25,4%
3. Receita Líquida (1-2)	825.903,4	1.117.970,9	292.067,6	35,4%	26,0%
4. Despesa Total	1.503.349,8	1.200.457,4	-302.892,4	-20,1%	-25,8%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	-677.446,4	-82.486,4	594.960,0	-87,8%	-88,9%
Resultado do Tesouro Nacional	-434.249,4	143.335,9	577.585,3	-	-
Resultado do Banco Central	-457,3	-517,4	-60,1	13,1%	4,5%
Resultado da Previdência Social	-242.739,7	-225.304,9	17.434,8	-7,2%	-13,9%

Memorando:

Resultado TN e BCB	-434.706,7	142.818,4	577.525,1	-	-
--------------------	------------	-----------	-----------	---	---

Fonte: Tesouro Nacional.

Comparativamente ao acumulado até setembro, o resultado primário do Governo Central passou de déficit de R\$ 677,4 bilhões em 2020 para déficit de R\$ 82,5 bilhões em 2021. Em termos reais, a receita líquida apresentou acréscimo de R\$ 238,7 bilhões (+26,0%) e a despesa total diminuiu R\$ 432,1 bilhões (-25,8%), quando comparadas aos primeiros nove meses de 2020.

Resultado Primário do Governo Central Acumulado – Notas Explicativas

R\$ Milhões - A Preços Correntes								
Discriminação	Nota	Jan-Set		Variação Nominal		Variação Real		
		2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	
1. RECEITA TOTAL		1.012.941,9	1.370.198,7	357.256,8	35,3%	291.616,2	25,9%	
1.1 - Receita Administrada pela RFB		626.498,0	865.148,1	238.650,1	38,1%	199.154,1	28,6%	
1.1.1 Imposto de Importação	1	31.596,5	45.720,8	14.124,3	44,7%	12.172,8	34,6%	
1.1.2 IPI	2	37.303,3	52.274,5	14.971,2	40,1%	12.589,8	30,4%	
1.1.3 Imposto sobre a Renda	3	273.188,2	372.746,6	99.558,4	36,4%	82.544,5	27,1%	
1.1.4 IOF	4	17.793,4	33.571,8	15.778,4	88,7%	14.829,0	74,9%	
1.1.5 COFINS	5	147.888,7	199.581,5	51.692,8	35,0%	42.035,1	25,6%	
1.1.6 PIS/PASEP	6	42.045,3	55.620,9	13.575,7	32,3%	10.806,2	23,1%	
1.1.7 CSLL	7	57.393,8	84.185,2	26.791,4	46,7%	23.536,6	36,8%	
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
1.1.9 CIDE Combustíveis		1.667,7	1.210,6	-457,1	-27,4%	-612,1	-33,0%	
1.1.10 Outras Administradas pela RFB		17.621,0	20.236,1	2.615,2	14,8%	1.252,4	6,4%	
1.2 - Incentivos Fiscais		-137,5	-85,9	51,7	-37,6%	65,1	-42,4%	
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	8	266.466,5	320.336,1	53.869,6	20,2%	34.859,5	11,8%	
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		120.114,9	184.800,3	64.685,4	53,9%	57.537,6	43,1%	
1.4.1 Concessões e Permissões	9	7.266,7	3.436,3	-3.830,4	-52,7%	-4.489,8	-55,9%	
1.4.2 Dividendos e Participações	10	5.020,8	21.784,3	16.763,5	333,9%	16.859,3	302,2%	
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		11.846,2	12.441,7	595,5	5,0%	-307,1	-2,3%	
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais	11	41.152,7	66.014,8	24.862,0	60,4%	22.528,4	49,2%	
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		9.658,1	12.604,6	2.946,6	30,5%	2.281,0	21,2%	
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		14.948,7	16.481,2	1.532,5	10,3%	423,8	2,5%	
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		31,7	0,0	-31,7	-100,0%	-35,4	-100,0%	
1.4.8 Demais Receitas	12	30.190,0	52.037,4	21.847,4	72,4%	20.277,3	60,4%	
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		187.038,5	252.227,7	65.189,2	34,9%	52.951,0	25,4%	
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	13	144.120,5	197.075,2	52.954,7	36,7%	43.752,0	27,3%	
2.2 Fundos Constitucionais		6.925,8	4.628,3	-2.297,5	-33,2%	-2.915,3	-37,8%	
2.2.1 Repasse Total		9.285,1	12.650,9	3.365,8	36,2%	2.778,5	26,9%	
2.2.2 Superávit dos Fundos		-2.359,3	-8.022,6	-5.663,4	240,0%	-5.693,8	216,9%	
2.3 Contribuição do Salário Educação		9.559,8	10.470,7	910,9	9,5%	218,6	2,1%	
2.4 Exploração de Recursos Naturais	14	25.516,1	39.290,0	13.773,8	54,0%	12.123,7	42,7%	
2.5 CIDE - Combustíveis		512,8	273,9	-238,9	-46,6%	-285,9	-50,0%	
2.6 Demais		403,5	489,7	86,2	21,4%	57,9	12,9%	
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)		825.903,4	1.117.970,9	292.067,6	35,4%	238.665,2	26,0%	
4. DESPESA TOTAL		1.503.349,8	1.200.457,4	-302.892,4	-20,1%	-432.077,5	-25,8%	
4.1 Benefícios Previdenciários		509.206,2	545.641,0	36.434,8	7,2%	-2.688,9	-0,5%	
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	15	233.406,3	241.154,3	7.748,0	3,3%	-10.241,4	-3,9%	
4.3 Outras Despesas Obrigatórias		596.431,7	240.664,7	-355.767,0	-59,6%	-414.909,0	-62,5%	
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	16	48.069,2	37.203,8	-10.865,3	-22,6%	-14.709,3	-27,5%	
4.3.2 Anistiados		118,8	116,7	-2,1	-1,8%	-11,4	-8,7%	
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	17	74.507,0	0,0	-74.507,0	-100,0%	-82.724,9	-100,0%	
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		485,3	478,2	-7,1	-1,5%	-44,7	-8,3%	
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		46.943,0	50.904,1	3.961,1	8,4%	432,1	0,8%	
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		31,7	0,0	-31,7	-100,0%	-35,4	-100,0%	
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	18	342.759,4	95.947,3	-246.812,0	-72,0%	-282.914,2	-74,2%	
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		7.480,1	5.797,0	-1.683,1	-22,5%	-2.321,4	-27,9%	
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		680,7	639,8	-40,9	-6,0%	-101,5	-13,4%	
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		12.458,5	15.133,1	2.674,6	21,5%	1.814,2	13,1%	
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		1.419,6	1.540,8	121,2	8,5%	10,3	0,7%	
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		7.357,8	7.348,3	-9,5	-0,1%	-595,8	-7,3%	
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		0,0	3.859,3	3.859,3	-	4.018,0	-	
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	19	21.937,7	17.931,6	-4.006,1	-18,3%	-5.997,8	-24,5%	
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	20	28.814,3	5.100,6	-23.713,8	-82,3%	-26.701,3	-83,4%	
4.3.16 Transferências ANA		21,6	73,1	51,5	238,6%	51,2	214,2%	
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		1.623,2	865,6	-757,6	-46,7%	-913,3	-50,5%	
4.3.18 Impacto Primário do FIES		-308,6	-2.274,7	-1.966,1	637,1%	-1.922,6	561,6%	
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		2.032,5	-	2.032,5	-100,0%	2.241,1	-100,0%	
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-	
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		164.305,5	172.997,4	8.691,8	5,3%	4.238,2	-2,3%	
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo		92.599,4	101.621,4	9.022,0	9,7%	2.169,9	2,1%	
4.4.2 Discrecionárias	21	71.706,1	71.376,0	-330,1	-0,5%	-6.408,1	-8,0%	
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		-677.446,4	-82.486,4	594.960,0	-87,8%	670.742,7	-88,9%	

Nota 1 - Imposto de Importação (+ R\$ 12.172,8 milhões / + 34,6%): essa variação decorre, principalmente, da elevação de 36,48% no valor em dólar (volume) das importações e aumento de 4,97% na taxa média de câmbio e compensados parcialmente pela redução de 3,69% na alíquota média efetiva do imposto de importação.

Nota 2 - IPI (+ R\$ 12.589,8 milhões / + 30,4%): resultado influenciado elevação de 6,01% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado, combinada com a elevação do valor em dólar das importações (36,48%) e o aumento de 4,97% na taxa média de câmbio. Em relação ao IPI-Outros, o resultado reflete o crescimento de 10,42% na produção industrial de dezembro de 2020 a agosto de 2021 em comparação com dezembro de 2019 a agosto de 2020 (Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física/IBGE).

Nota 3 - Imposto sobre a Renda (+ R\$ 82.544,5 milhões / + 27,1%): crescimento explicado, principalmente, pela elevação real no Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (+ R\$ 61.252,4 milhões / + 59,0%) e no Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF (+ R\$ 11.463,8 milhões / + 34,1%). O resultado do IRPJ é influenciado, basicamente, pelo: i) incremento real de 44,80% na arrecadação referente à estimativa mensal; ii) de 84,06% na arrecadação do balanço trimestral; e iii) de 21,07% na arrecadação do lucro presumido. Destaca-se que houve recolhimentos atípicos de, aproximadamente, R\$ 5,3 bilhões no período de janeiro a setembro de 2020 e de R\$ 31,0 bilhões no período de janeiro a setembro de 2021. Em relação ao IRPF, o aumento real é explicado, principalmente, pelo: i) acréscimo real de 28,46% na arrecadação das quotas da declaração de ajuste anual (em razão da postergação dos recolhimentos desse ajuste em 2020); e ii) de 62,39% na arrecadação relativa aos ganhos de capital na alienação de bens.

Nota 4 - IOF (+ R\$ 14.829,0 milhões / + 74,9%): resultado explicado, principalmente, pela restauração da tributação das operações de crédito, cuja alíquota se encontrava reduzida a zero entre 3 de abril e 30 de setembro de 2020.

Nota 5 - Cofins (+ R\$ 42.035,1 milhões / + 25,6%): resultado derivado, principalmente, a) da prorrogação do prazo para o recolhimento desta contribuição, vencidas entre maio e junho de 2020, para outubro e novembro do referido ano, em razão da pandemia relacionada ao Coronavírus; e b) pelos acréscimos reais de 8,87% no volume de vendas (PMC-IBGE) e de 9,50% no volume de serviços (PMS-IBGE), no período compreendido de dezembro de 2020 a setembro de 2021, em relação ao período compreendido de dezembro de 2019 a setembro de 2020.

Nota 6 - PIS/Pasep (+ R\$ 10.806,2 milhões / + 23,1%): mesma explicação da COFINS (ver Nota anterior).

Nota 7 - CSLL (+ R\$ 23.536,6 milhões / + 36,8%): mesma explicação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (ver Nota anterior).

Nota 8 - Arrecadação Líquida para o RGPS (+ R\$ 34.859,5 milhões / + 11,8%): aumento explicado pela combinação de três fatores: a) em abril de 2020, houve diferimento do prazo para pagamento do Simples Nacional e da Contribuição Previdenciária Patronal. Em maio de 2020, além dos diferimentos citados, houve a prorrogação do prazo de pagamento de parcelamentos especiais. Em junho de 2020, além dos citados diferimentos, houve a suspensão do prazo de pagamento, até dezembro de 2020, dos parcelamentos celebrados entre a União e os municípios. Em julho de 2020, houve o diferimento dos parcelamentos especiais, citado anteriormente. Em agosto de 2020, houve pagamento do diferimento relativo à Contribuição Previdenciária Patronal e aos parcelamentos especiais. Já de abril a junho de 2021, houve diferimento do prazo para pagamento do Simples Nacional. Em julho e agosto de 2021 foi paga a parcela do diferimento do Simples Nacional relativa ao mês de abril de 2021, enquanto em setembro de 2021 começou a ser paga a parcela relativa ao mês de maio de 2021; b) o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged/MTE) apresentou, até o mês de agosto de 2021, um saldo positivo de 2.203.987 empregos; e c) por outro lado, a massa salarial habitual de dezembro de 2020 a julho de 2021, apurada pela PNAD Contínua – Mensal/IBGE em todas as regiões brasileiras, apresentou queda real de 7,50% em relação a igual período do ano anterior.

Nota 9 - Concessões e Permissões (- R\$ 5.266,2 milhões / - 89,8%): em setembro de 2020 houve pagamento antecipado de R\$ 5,1 bilhões em outorgas realizado pela concessionária referente aos contratos de concessão da Malha Paulista e da Ferrovia Norte-Sul. Evento sem contrapartida em 2021.

Nota 10 - Dividendos e Participações (+ R\$ 16.859,3 milhões / + 302,2%): aumento explicado principalmente pelo recebimento de dividendos do BNDES (+ R\$ 5,1 bilhões), sem contrapartida em 2020. Ainda, houve aumento real nos dividendos pagos pela Petrobras (R\$ 8,4 bilhões) e pela Caixa Econômica Federal (R\$ 1,8 bilhão) quando comparados 2020 e 2021.

Nota 11 - Receitas de Exploração de Recursos Naturais (+ R\$ 22.528,4 milhões / + 49,2%): devido ao efeito conjunto do preço internacional do petróleo, câmbio e produção.

Nota 12 - Demais Receitas Não Administradas pela Receita Federal do Brasil (+ R\$ 19.967,6 milhões / + 59,5%): variação explicada, principalmente, pela restituição de despesas de exercícios anteriores (+ R\$ 9,6 bilhões), pela devolução de R\$ 6,4 bilhões relativa ao Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) e pela elevação na arrecadação de cota-parte do adicional ao frete para a renovação da marinha mercante - AFRMM (+ R\$ 5,1 bilhões).

Nota 13 - FPM / FPE / IPI-EE (+ R\$ 43.752,0 milhões / + 27,3%): reflexo do aumento conjunto dos tributos compartilhados (IR e IPI), quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Nota 14 - Transferências de Exploração de Recursos Naturais (+ R\$ 12.123,7 milhões / + 42,7%): devido a fatores explicados anteriormente sobre o desempenho das receitas de exploração de recursos naturais.

Nota 15 - Pessoal e Encargos Sociais (- R\$ 10.241,4 milhões / - 3,9%): redução real influenciada pela ausência de reajustes salariais aos servidores públicos.

Nota 16 - Abono e Seguro Desemprego (-R\$ 14.709,3 milhões / - 27,5%): diminuição resultante dos impactos causados pela pandemia do Coronavírus (Covid-19) sobre a economia, em particular, sobre o nível de emprego (impacto mais expressivo em 2020), bem como da antecipação do pagamento do abono salarial em 2020, sem contrapartida em 2021, e postergação dos pagamentos de abono salarial do 2º semestre de 2021 para o ano de 2022.

Nota 17 - Apoio Fin. Municípios/Estados (- R\$ 82.724,9 milhões): em 2020 foi realizado pagamento de Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF, inserido no rol de medidas para enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), sem contrapartida em 2021.

Nota 18 - Créditos Extraordinários (exceto PAC) (- R\$ 282.914,2 milhões / - 74,2%): redução das principais despesas associadas às medidas de combate ao Covid-19, comparados ao período de janeiro-setembro de 2021: i) Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (R\$ 53,7 bi em 2021 / R\$ 263,7 bi em 2020); ii) Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios (R\$ 17,1 bi em 2021 / R\$ 39,2 bi em 2020); iii) Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 7,9 bi em 2021 / R\$ 28,6 bi em 2020); e iv) Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito (R\$ 5,1 bi em 2021 / R\$ 47,6 bi em 2020). Essa redução é parcialmente compensada pelo crescimento da despesa referente à Aquisição de Vacinas (R\$ 14,2 bi em 2021 / R\$ 1,4 em 2020).

Nota 19 - Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) (- R\$ 5.997,8 milhões / -24,5%): redução no pagamento de precatórios.

Nota 20 - Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 26.701,3 milhões / - 83,4%): redução explicada principalmente pela implementação do Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE, em abril de 2020, no valor de R\$ 19,0 bilhões, para enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia do Coronavírus (Covid-19). Ainda, em setembro de 2020 houve aporte da União de R\$ 5,5 bilhões (em valores reais) destinados ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito - PEAC Maquininhas.

Nota 21 - Despesas Discricionárias do Poder Executivo (- R\$ 6.408,1 milhões / - 8,0%): apesar da predominância nas reduções de R\$ 1.536,0 milhões (-21,8%) na função Transporte e de R\$ R\$ 1.522,3 milhões (-10,5%) na função Educação, houve queda na execução de despesas discricionárias em todas as funções. Efeito influenciado pelo atraso na aprovação do orçamento federal.

Tabela 3.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil
R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Setembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Set		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL ^{1/}	121.995,8	151.803,9	29.808,1	24,4%	17.307,9	12,9%	1.012.941,9	1.370.198,7	357.256,8	35,3%	291.616,2	25,9%
1.1 - Receita Administrada pela RFB	72.029,8	96.845,1	24.815,3	34,5%	17.434,9	22,0%	626.498,0	865.148,1	238.650,1	38,1%	199.154,1	28,6%
1.1.1 Imposto de Importação	3.997,8	5.306,8	1.309,0	32,7%	899,4	20,4%	31.596,5	45.720,8	14.124,3	44,7%	12.172,8	34,6%
1.1.2 IPI	5.763,2	6.515,7	752,5	13,1%	162,0	2,5%	37.303,3	52.274,5	14.971,2	40,1%	12.589,8	30,4%
1.1.2.1 IPI - Fumo	511,4	459,8	-51,6	-10,1%	-104,0	-18,4%	4.443,9	4.146,1	-297,8	-6,7%	-648,2	-13,1%
1.1.2.2 IPI - Bebidas	269,4	247,5	-21,9	-8,1%	-49,5	-16,7%	2.038,9	2.153,9	115,0	5,6%	-38,9	-1,7%
1.1.2.3 IPI - Automóveis	302,0	218,1	-83,9	-27,8%	-114,9	-34,5%	2.293,5	2.607,3	313,8	13,7%	155,9	6,1%
1.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	2.044,6	2.733,5	689,0	33,7%	479,5	21,3%	14.826,3	22.856,5	8.030,2	54,2%	7.153,1	43,4%
1.1.2.5 IPI - Outros	2.635,8	2.856,7	220,9	8,4%	-49,1	-1,7%	13.700,6	20.510,6	6.810,1	49,7%	5.967,9	39,2%
1.1.3 Imposto de Renda	25.511,1	36.798,6	11.287,4	44,2%	8.673,5	30,8%	273.188,2	372.746,6	99.558,4	36,4%	82.544,5	27,1%
1.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	3.764,3	5.031,8	1.267,5	33,7%	881,8	21,2%	30.208,4	43.700,3	13.491,9	44,7%	11.463,8	34,1%
1.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	9.314,7	11.922,9	2.608,2	28,0%	1.653,8	16,1%	93.337,6	158.937,0	65.599,4	70,3%	61.252,4	59,0%
1.1.3.3 I.R. - Retido na fonte	12.432,2	19.843,8	7.411,7	59,6%	6.137,8	44,8%	149.642,2	170.109,4	20.467,1	13,7%	9.828,3	5,9%
1.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	5.715,4	11.545,6	5.830,2	102,0%	5.244,6	83,2%	78.293,8	90.942,0	12.648,3	16,2%	7.301,9	8,4%
1.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	2.971,2	3.521,4	550,2	18,5%	245,8	7,5%	34.987,9	37.033,0	2.045,0	5,8%	-642,4	-1,6%
1.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.630,0	2.984,5	354,6	13,5%	85,1	2,9%	26.950,5	28.716,5	1.766,0	6,6%	-212,6	-0,7%
1.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.115,5	1.792,2	676,7	60,7%	562,4	45,7%	9.410,0	13.417,8	4.007,8	42,6%	3.381,3	32,3%
1.1.4 IOF	862,7	4.305,4	3.442,7	399,1%	3.354,3	352,7%	17.793,4	33.571,8	15.778,4	88,7%	14.829,0	74,9%
1.1.5 Cofins	21.320,5	25.403,4	4.082,8	19,1%	1.898,3	8,1%	147.888,7	199.581,5	51.692,8	35,0%	42.035,1	25,6%
1.1.6 PIS/Pasep	5.933,5	7.060,6	1.127,1	19,0%	519,1	7,9%	42.045,3	55.620,9	13.575,7	32,3%	10.806,2	23,1%
1.1.7 CSLL	5.193,9	7.189,7	1.995,9	38,4%	1.463,7	25,6%	57.393,8	84.185,2	26.791,4	46,7%	23.536,6	36,8%
1.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis	222,0	279,5	57,5	25,9%	34,7	14,2%	1.667,7	1.210,6	-457,1	-27,4%	-612,1	-33,0%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB	3.225,2	3.985,6	760,4	23,6%	429,9	12,1%	17.621,0	20.236,1	2.615,2	14,8%	1.252,4	6,4%
1.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	-137,5	-85,9	51,7	-37,6%	65,1	-42,4%
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	33.385,7	39.499,7	6.114,0	18,3%	2.693,2	7,3%	266.466,5	320.336,1	53.869,6	20,2%	34.859,5	11,8%
1.3.1 Urbana	32.657,8	38.490,9	5.833,1	17,9%	2.486,9	6,9%	260.561,2	312.588,0	52.026,8	20,0%	33.426,1	11,5%
1.3.2 Rural	727,9	1.008,8	280,9	38,6%	206,3	25,7%	5.905,3	7.748,1	1.842,8	31,2%	1.433,3	21,8%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	16.580,2	15.459,0	-1.121,2	-6,8%	-2.820,1	-15,4%	120.114,9	184.800,3	64.685,4	53,9%	57.537,6	43,1%
1.4.1 Concessões e Permissões	5.321,1	600,1	-4.721,0	-88,7%	-5.266,2	-89,8%	7.266,7	3.436,3	-3.830,4	-52,7%	-4.489,8	-55,9%
1.4.2 Dividendos e Participações	1.241,6	264,7	-976,9	-78,7%	-1.104,1	-80,7%	5.020,8	21.784,3	16.763,5	333,9%	16.859,3	302,2%
1.4.2.1 Banco do Brasil	147,4	264,7	117,3	79,6%	102,2	62,9%	1.673,3	2.432,1	758,9	45,4%	648,8	34,9%
1.4.2.2 BNB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	130,3	135,0	4,7	3,6%	-4,3	-3,0%
1.4.2.3 BNDES	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	4.949,2	4.949,2	-	5.125,7	-
1.4.2.4 Caixa	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	1.008,0	2.816,2	1.808,1	179,4%	1.788,5	158,5%
1.4.2.5 Correios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.6 Eletrobrás	1.085,6	0,0	-1.085,5	-100,0%	-1.196,8	-100,0%	1.085,6	1.600,6	515,0	47,4%	466,1	38,9%
1.4.2.7 IRB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.8 Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	751,6	8.985,7	8.234,1	-	8.350,9	999,1%
1.4.2.9 Demais	8,6	0,0	-8,6	-100,0%	-9,5	-100,0%	372,0	865,5	493,5	132,7%	483,7	116,6%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.416,7	1.399,0	-17,6	-1,2%	-162,8	-10,4%	11.846,2	12.441,7	595,5	5,0%	-307,1	-2,3%
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	3.187,7	4.894,4	1.706,7	53,5%	1.380,0	39,3%	41.152,7	66.014,8	24.862,0	60,4%	22.528,4	49,2%
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.105,7	1.493,0	387,4	35,0%	274,1	22,5%	9.658,1	12.604,6	2.946,6	30,5%	2.281,0	21,2%

Discriminação	Setembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Set		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.648,4	1.886,8	238,4	14,5%	69,5	3,8%	14.948,7	16.481,2	1.532,5	10,3%	423,8	2,5%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	31,7	0,0	-31,7	-100,0%	-35,4	-100,0%
1.4.8 Demais Receitas	2.659,1	4.921,0	2.261,9	85,1%	1.989,4	67,9%	30.190,0	52.037,4	21.847,4	72,4%	20.277,3	60,4%
d/q Operações com Ativos	100,1	0,0	-100,1	-100,0%	-110,4	-100,0%	1.045,9	0,0	-1.045,9	-100,0%	-1.163,4	-100,0%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA ^{2/}	15.374,3	23.355,6	7.981,4	51,9%	6.406,0	37,8%	187.038,5	252.227,7	65.189,2	34,9%	52.951,0	25,4%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	11.358,6	17.884,9	6.526,3	57,5%	5.362,5	42,8%	144.120,5	197.075,2	52.954,7	36,7%	43.752,0	27,3%
2.2 Fundos Constitucionais	697,2	306,2	-391,1	-56,1%	-462,5	-60,2%	6.925,8	4.628,3	-2.297,5	-33,2%	-2.915,3	-37,8%
2.2.1 Repasse Total	739,4	1.095,0	355,6	48,1%	279,9	34,3%	9.285,1	12.650,9	3.365,8	36,2%	2.778,5	26,9%
2.2.2 Superávit dos Fundos	-42,1	-788,8	-746,7	-	-742,3	-	-2.359,3	-8.022,6	-5.663,4	240,0%	-5.693,8	216,9%
2.3 Contribuição do Salário Educação	983,6	1.119,7	136,1	13,8%	35,3	3,3%	9.559,8	10.470,7	910,9	9,5%	218,6	2,1%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	2.201,0	3.890,4	1.689,4	76,8%	1.463,9	60,3%	25.516,1	39.290,0	13.773,8	54,0%	12.123,7	42,7%
2.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	512,8	273,9	-238,9	-46,6%	-285,9	-50,0%
2.6 Demais	133,9	154,5	20,6	15,3%	6,8	4,6%	403,5	489,7	86,2	21,4%	57,9	12,9%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	106.621,5	128.448,2	21.826,8	20,5%	10.901,9	9,3%	825.903,4	1.117.970,9	292.067,6	35,4%	238.665,2	26,0%
4. DESPESA TOTAL ^{2/}	182.765,8	128.145,7	-54.620,1	-29,9%	-73.347,0	-36,4%	1.503.349,8	1.200.457,4	-302.892,4	-20,1%	-432.077,5	-25,8%
4.1 Benefícios Previdenciários	50.612,1	54.375,9	3.763,8	7,4%	-1.422,1	-2,5%	509.206,2	545.641,0	36.434,8	7,2%	-2.688,9	-0,5%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	40.165,6	43.256,0	3.090,4	7,7%	-1.025,2	-2,3%	406.058,0	433.675,8	27.617,8	6,8%	-3.670,7	-0,8%
Sentenças Judiciais e Precatórios	930,5	1.172,0	241,4	25,9%	146,1	14,2%	13.432,4	16.310,9	2.878,5	21,4%	1.844,0	12,3%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	10.446,5	11.120,0	673,4	6,4%	-397,0	-3,4%	103.148,2	111.965,2	8.817,0	8,5%	981,8	0,9%
Sentenças Judiciais e Precatórios	243,6	302,8	59,2	24,3%	34,2	12,7%	3.270,5	4.222,3	951,8	29,1%	708,9	19,5%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	24.481,4	25.271,0	789,6	3,2%	-1.718,9	-6,4%	233.406,3	241.154,3	7.748,0	3,3%	-10.241,4	-3,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	306,6	414,9	108,3	35,3%	76,9	22,8%	5.411,5	8.891,2	3.479,7	64,3%	3.117,9	51,7%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	88.478,6	26.630,9	-61.847,7	-69,9%	-70.913,6	-72,7%	596.431,7	240.664,7	-355.767,0	-59,6%	-414.909,0	-62,5%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.585,5	2.963,9	-1.621,6	-35,4%	-2.091,5	-41,4%	48.069,2	37.203,8	-10.865,3	-22,6%	-14.709,3	-27,5%
Abono	739,8	0,0	-739,7	-100,0%	-815,5	-100,0%	16.689,2	10.158,1	-6.531,1	-39,1%	-7.792,2	-41,9%
Seguro Desemprego	3.845,7	2.963,9	-881,9	-22,9%	-1.275,9	-30,1%	31.380,0	27.045,8	-4.334,2	-13,8%	-6.917,1	-19,8%
d/q Seguro Defeso	175,7	243,5	67,8	38,6%	49,8	25,7%	2.883,1	2.983,9	100,8	3,5%	-99,6	-3,1%
4.3.2 Anistiados	12,1	11,9	-0,2	-1,6%	-1,4	-10,7%	118,8	116,7	-2,1	-1,8%	-11,4	-8,7%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	19.333,5	0,0	-19.333,5	-100,0%	-21.314,5	-100,0%	74.507,0	0,0	-74.507,0	-100,0%	-82.724,9	-100,0%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	52,7	44,0	-8,7	-16,5%	-14,1	-24,2%	485,3	478,2	-7,1	-1,5%	-44,7	-8,3%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.150,2	5.645,8	495,6	9,6%	-32,2	-0,6%	46.943,0	50.904,1	3.961,1	8,4%	432,1	0,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	96,0	146,2	50,2	52,3%	40,4	38,2%	1.006,9	1.245,2	238,3	23,7%	163,2	14,6%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	31,7	0,0	-31,7	-100,0%	-35,4	-100,0%
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	49.125,5	13.198,9	-35.926,6	-73,1%	-40.960,2	-75,6%	342.759,4	95.947,3	-246.812,0	-72,0%	-282.914,2	-74,2%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	659,2	574,3	-84,9	-12,9%	-152,5	-21,0%	7.480,1	5.797,0	-1.683,1	-22,5%	-2.321,4	-27,9%
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	105,0	111,5	6,5	6,2%	-4,3	-3,7%	680,7	639,8	-40,9	-6,0%	-101,5	-13,4%
4.3.10 FUNDEB (Complem. União)	1.118,3	2.163,7	1.045,4	93,5%	930,8	75,5%	12.458,5	15.133,1	2.674,6	21,5%	1.814,2	13,1%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	140,4	209,1	68,7	49,0%	54,3	35,1%	1.419,6	1.540,8	121,2	8,5%	10,3	0,7%
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	838,1	852,5	14,4	1,7%	-71,4	-7,7%	7.357,8	7.348,3	-9,5	-0,1%	-595,8	-7,3%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,0	332,3	332,3	-	332,3	-	0,0	3.859,3	3.859,3	-	4.018,0	-
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	182,4	237,5	55,1	30,2%	36,4	18,1%	21.937,7	17.931,6	-4.006,1	-18,3%	-5.997,8	-24,5%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	5.117,4	-34,9	-5.152,3	-	-5.676,7	-	28.814,3	5.100,6	-23.713,8	-82,3%	-26.701,3	-83,4%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	118,9	229,7	110,8	93,2%	98,6	75,2%	5.718,6	6.417,8	699,2	12,2%	300,8	4,7%
Equalização de custeio agropecuário	15,5	57,8	42,3	273,3%	40,8	238,6%	560,6	579,4	18,8	3,4%	-23,3	-3,7%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{4/}	1,1	69,2	68,2	-	68,1	-	790,1	1.954,9	1.164,8	147,4%	1.146,4	130,3%

Discriminação	Setembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Set		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
Política de preços agrícolas	7,4	5,0	-2,3	-31,6%	-3,1	-37,9%	-10,5	-5,8	4,7	-44,5%	5,9	-50,6%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,8	0,8	0,0	4,3%	-0,0	-5,4%	21,4	7,6	-13,8	-64,3%	-15,9	-66,8%
Equalização Aquisições do Governo Federal	6,5	4,2	-2,3	-35,6%	-3,0	-41,6%	-32,6	-13,5	19,1	-58,6%	22,6	-62,2%
Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,0	-0,0	-100,0%	-0,0	-100,0%	0,7	0,0	-0,7	-100,0%	-0,7	-100,0%
Pronaf	12,5	102,9	90,5	726,3%	89,2	649,5%	2.179,2	2.239,1	59,9	2,7%	-97,0	-4,0%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	16,1	103,9	87,7	543,4%	86,1	483,6%	2.183,2	2.249,8	66,6	3,0%	-90,4	-3,7%
Concessão de Financiamento ^{5/}	-3,7	-0,9	2,8	-74,9%	3,1	-77,2%	-3,9	-10,7	-6,7	170,2%	-6,6	152,9%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Proex	81,4	-25,8	-107,2	-	-115,5	-	447,1	480,2	33,1	7,4%	4,7	0,9%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	26,1	44,2	18,1	69,4%	15,4	53,7%	202,8	419,1	216,3	106,7%	210,1	93,1%
Concessão de Financiamento ^{5/}	55,3	-70,0	-125,3	-	-130,9	-	244,3	61,1	-183,2	-75,0%	-205,4	-75,7%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{6/}	2,1	4,7	2,6	126,3%	2,4	105,2%	114,6	162,9	48,3	42,1%	42,7	33,4%
Álcool	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	2,4	0,0	-2,4	-100,0%	-2,6	-100,0%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	8,6	0,0	-8,6	-100,0%	-9,6	-100,0%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{5/}	-0,9	16,0	16,9	-	17,0	-	75,7	200,8	125,0	165,1%	122,5	145,5%
Funcafé	0,0	0,0	-0,0	-100,0%	-0,0	-100,0%	5,6	4,3	-1,3	-23,2%	-1,7	-27,7%
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	1,0	0,1	-0,9	-89,1%	-1,0	-89,7%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,6	0,3	-0,3	-52,4%	-0,4	-56,9%	1.647,3	827,4	-819,8	-49,8%	-968,5	-52,8%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Operações de crédito dest. a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,2	0,2	-	0,2	-	7,9	8,0	0,1	1,2%	-0,4	-5,1%
Fundo Nacional de desenvolvimento (FND) ^{5/}	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	225,0	225,0	-	229,6	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subv. Parcial à Remun. por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	35,8	31,8	-4,0	-11,2%	-6,7	-16,7%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	18,7	5,4	-13,4	-71,3%	-15,2	-72,8%
Receitas de Recuperação de Subvenções ^{8/}	-0,6	-0,7	-0,1	15,2%	-0,0	4,5%	-165,5	-295,5	-130,0	78,6%	-124,9	67,8%
Proagro	0,0	120,0	120,0	-	120,0	-	1.050,0	735,1	-314,9	-30,0%	-413,7	-35,3%
PNAFE	0,5	0,0	-0,5	-100,0%	-0,5	-100,0%	48,9	-114,9	-163,8	-	-173,3	-
Demais Subsídios e Subvenções	4.998,0	-384,6	-5.382,6	-	-5.894,8	-	21.996,8	-1.937,5	-23.934,3	-	-26.415,1	-
4.3.16 Transferências ANA	14,9	14,4	-0,6	-3,8%	-2,1	-12,8%	21,6	73,1	51,5	238,6%	51,2	214,2%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL	124,0	94,1	-29,9	-24,1%	-42,6	-31,2%	1.623,2	865,6	-757,6	-46,7%	-913,3	-50,5%
4.3.18 Impacto Primário do FIES	-76,6	211,8	288,4	-	296,3	-	-308,6	-2.274,7	-1.966,1	637,1%	-1.922,6	561,6%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	1.995,9	0,0	-1.995,9	-100,0%	-2.200,4	-100,0%	2.032,5	0,0	-2.032,5	-100,0%	-2.241,1	-100,0%
4.3.20 Demais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Convênios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Doações	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	19.193,6	21.867,9	2.674,3	13,9%	707,6	3,3%	164.305,5	172.997,4	8.691,8	5,3%	-4.238,2	-2,3%

Discriminação	Setembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Set		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	12.039,1	11.324,8	-714,3	-5,9%	-1.947,9	-14,7%	92.599,4	101.621,4	9.022,0	9,7%	2.169,9	2,1%
4.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.093,2	1.221,4	128,2	11,7%	16,2	1,3%	9.875,9	10.025,9	150,0	1,5%	-625,5	-5,7%
4.4.1.2 Bolsa Família	2.753,1	1.194,6	-1.558,5	-56,6%	-1.840,6	-60,6%	10.762,1	15.359,2	4.597,1	42,7%	4.046,5	33,9%
4.4.1.3 Saúde	7.389,3	7.733,9	344,6	4,7%	-412,6	-5,1%	64.601,7	68.438,9	3.837,2	5,9%	-1.104,5	-1,5%
4.4.1.4 Educação	498,2	598,8	100,6	20,2%	49,6	9,0%	4.813,9	5.210,5	396,6	8,2%	26,2	0,5%
4.4.1.5 Demais	305,3	576,1	270,8	88,7%	239,6	71,2%	2.545,9	2.586,9	41,1	1,6%	-172,8	-6,1%
4.4.2 Discrecionárias	7.154,5	10.543,1	3.388,5	47,4%	2.655,5	33,7%	71.706,1	71.376,0	-330,1	-0,5%	-6.408,1	-8,0%
4.4.2.1 Saúde	1.022,4	2.738,6	1.716,3	167,9%	1.611,5	143,0%	17.773,9	18.395,0	621,1	3,5%	-927,2	-4,7%
4.4.2.2 Educação	1.548,0	1.695,9	147,9	9,6%	-10,7	-0,6%	13.038,0	12.575,1	-462,9	-3,6%	-1.522,3	-10,5%
4.4.2.3 Defesa	919,2	1.294,3	375,1	40,8%	280,9	27,7%	6.880,0	6.996,3	116,3	1,7%	-462,8	-6,0%
4.4.2.4 Transporte	1.033,9	981,5	-52,4	-5,1%	-158,4	-13,9%	6.337,2	5.358,6	-978,6	-15,4%	-1.536,0	-21,8%
4.4.2.5 Administração	386,4	443,0	56,6	14,7%	17,1	4,0%	4.069,4	3.972,8	-96,6	-2,4%	-431,5	-9,5%
4.4.2.6 Ciência e Tecnologia	321,9	322,8	0,9	0,3%	-32,1	-9,0%	2.229,1	2.036,2	-193,0	-8,7%	-382,6	-15,4%
4.4.2.7 Segurança Pública	188,2	326,8	138,6	73,7%	119,3	57,5%	2.235,5	2.065,3	-170,2	-7,6%	-365,8	-14,7%
4.4.2.8 Assistência Social	198,7	143,7	-55,0	-27,7%	-75,4	-34,4%	1.770,4	1.314,6	-455,7	-25,7%	-617,7	-31,4%
4.4.2.9 Demais	1.535,8	2.596,3	1.060,5	69,0%	903,1	53,3%	17.372,6	18.662,0	1.289,4	7,4%	-162,2	-0,8%
5. RESULT PRIMÁRIO GOV CENTRAL - ACIMA DA LINHA (3 - 4)	-76.144,3	302,6	76.446,8	-	84.248,9	-	-677.446,4	-82.486,4	594.960,0	-87,8%	670.742,7	-88,9%
6. AJUSTES METODOLÓGICOS	-272,5						2.798,3					
6.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU ^{9/}	0,0						930,5					
6.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA ^{10/}	-272,5						1.867,8					
7. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	1.269,1						-2.352,8					
8. RESULT PRIMÁRIO DO GOV CENTRAL - ABAIXO DA LINHA (5 + 6 + 7)	-75.147,7						-677.000,9					
9. JUROS NOMINAIS ^{11/}	-34.614,1						-217.532,6					
10. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8 + 9) ^{12/}	-109.761,8						-894.533,6					

Memorando												
Arrecadação Líquida para o RGPS	33.385,7	39.499,7	6.114,0	18,3%	2.693,2	7,3%	266.466,5	320.336,1	53.869,6	20,2%	24.053,3	18,2%
Arrecadação Ordinária	32.726,6	38.925,5	6.198,9	18,9%	2.845,6	7,9%	258.986,4	314.539,1	55.552,7	21,5%	26.581,4	19,3%
Ressarcimento pela Desoneração da Folha	659,2	574,3	-84,9	-12,9%	-152,5	-21,0%	7.480,1	5.797,0	-1.683,1	-22,5%	-2.528,1	-20,2%
Despesas de Custeio e Investimento ^{13/}	90.794,6	39.600,6	-51.194,1	-56,4%	-60.497,3	-60,4%	634.506,2	322.088,5	-312.417,7	-49,2%	-383.722,1	-44,3%
Despesas de Custeio	70.918,5	35.516,4	-35.402,1	-49,9%	-42.668,7	-54,6%	563.076,3	290.434,0	-272.642,2	-48,4%	-336.015,2	-43,5%
Investimento	19.876,2	4.084,2	-15.792,0	-79,5%	-17.828,6	-81,4%	71.429,9	31.654,4	-39.775,5	-55,7%	-47.707,0	-50,1%
PAC ^{14/}	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Minha Casa Minha Vida	75,2	0,0	-75,2	-100,0%	-83,0	-100,0%	1.405,3	607,5	-797,7	-56,8%	-955,8	-51,0%

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição (conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012).

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

5/ Concessão de empréstimos menos retornos.

6/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

Discriminação	Setembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Set		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %

7/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

8/ Receitas referentes à devolução de diferencial de encargo, à atualização de devolução de equalização e de recuperação de despesas de exercícios anteriores.

9/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

10/ Sistemática de registros nas estatísticas fiscais dos subsídios e subvenções estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 do TCU. Nesta nova sistemática, o BCB passou a incorporar mensalmente os efeitos fiscais desses eventos segundo o critério de competência na apuração abaixo da linha, enquanto que a STN registra semestralmente impactos quando dos pagamentos dos saldos apurados pelas instituições financeiras operadoras dos programas.

11/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil.

12/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Não considera desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

13/ Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas, FIES e Financiamento de Campanha Eleitoral.

14/ A partir da LDO de 2020, as ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento deixaram de apresentar o identificador de Resultado Primário "discricionária abrangida pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (RP 3)".

Tabela 3.2. Transferências e despesas primárias - critério "valor pago" e apuração do Teto dos Gastos (EC 95/2016) - Brasil
R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Setembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Set		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	15.251,8	23.366,7	8.114,9	53,2%	6.552,2	39,0%	186.925,5	252.135,4	65.209,9	34,9%	52.978,5	25,5%
1.1 FPM / FPE / IPI-EE	11.358,6	17.884,9	6.526,3	57,5%	5.362,5	42,8%	144.130,0	197.075,2	52.945,3	36,7%	43.741,5	27,3%
1.2 Fundos Constitucionais	697,2	306,2	- 391,1	-56,1%	- 462,5	-60,2%	6.925,8	4.628,3	-2.297,5	-33,2%	-2.917,9	-37,9%
1.2.1 Repasse Total	739,4	1.095,0	355,6	48,1%	279,9	34,3%	9.285,1	12.650,9	3.365,8	36,2%	2.775,9	26,9%
1.2.2 Superávit dos Fundos	- 42,1	- 788,8	- 746,7	- -	- 742,3	-	-2.359,3	-8.022,6	-5.663,4	240,0%	-5.693,8	216,9%
1.3 Contribuição do Salário Educação	983,6	1.119,7	136,1	13,8%	35,3	3,3%	9.559,8	10.470,7	910,9	9,5%	218,6	2,1%
1.4 Exploração de Recursos Naturais	2.078,5	3.901,5	1.822,9	87,7%	1.610,0	70,3%	25.393,7	39.197,6	13.804,0	54,4%	12.164,3	43,0%
1.5 CIDE - Combustíveis	-	-	-	-	-	-	512,8	273,9	-238,9	-46,6%	-285,9	-50,0%
1.6 Demais	133,9	154,5	20,6	15,3%	6,8	4,6%	403,5	489,7	86,2	21,4%	57,9	12,9%
1.6.1 Concessão de Recursos Florestais	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.6.2 Concurso de Prognóstico	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.6.3 IOF Ouro	6,4	7,0	0,6	9,9%	0,0	-0,3%	42,0	53,3	11,4	27,1%	8,4	18,0%
1.6.4 ITR	127,6	147,5	19,9	15,6%	6,9	4,9%	310,9	396,9	86,0	27,7%	63,8	18,5%
1.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	-	-	-	-	-	-	50,5	39,4	-11,1	-22,1%	-14,3	-25,5%
1.6.6 Outras ^{1/}	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. DESPESA TOTAL	182.924,4	128.326,5	- 54.597,9	-29,8%	- 73.341,0	-36,4%	1.501.922,9	1.198.025,4	-303.897,4	-20,2%	-432.986,0	-25,9%
2.1 Benefícios Previdenciários	50.588,8	54.360,3	3.771,5	7,5%	- 1.412,0	-2,5%	508.868,7	545.523,3	36.654,6	7,2%	-2.432,8	-0,4%
2.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	39.234,9	42.083,5	2.848,6	7,3%	- 1.171,6	-2,7%	392.425,2	417.365,0	24.939,8	6,4%	-5.290,3	-1,2%
2.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	10.179,7	10.802,4	622,7	6,1%	- 420,3	-3,7%	99.740,5	107.625,2	7.884,7	7,9%	304,8	0,3%
2.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	1.174,2	1.474,3	300,2	25,6%	179,9	13,9%	16.703,0	20.533,0	3.830,0	22,9%	2.552,6	13,7%
2.2 Pessoal e Encargos Sociais	24.444,5	25.032,8	588,3	2,4%	- 1.916,4	-7,1%	232.427,2	239.001,6	6.574,4	2,8%	-11.368,5	-4,4%
2.2.1 Ativo Civil	10.349,8	10.536,5	186,7	1,8%	- 873,8	-7,7%	98.441,2	99.301,0	859,8	0,9%	-6.709,1	-6,1%
2.2.2 Ativo Militar	2.588,7	2.660,5	71,8	2,8%	- 193,4	-6,8%	23.548,5	24.801,8	1.253,3	5,3%	-532,6	-2,0%
2.2.3 Aposentadorias e pensões civis	6.976,0	6.978,6	2,7	0,0%	- 712,1	-9,3%	66.293,4	65.991,3	-302,2	-0,5%	-5.499,6	-7,5%
2.2.4 Reformas e pensões militares	4.263,4	4.478,0	214,6	5,0%	- 222,3	-4,7%	38.849,6	40.221,4	1.371,8	3,5%	-1.667,2	-3,9%
2.2.5 Outros	266,6	379,1	112,5	42,2%	85,2	29,0%	5.294,5	8.686,1	3.391,6	64,1%	3.039,9	51,5%
2.3 Outras Despesas Obrigatórias	88.467,3	26.660,9	- 61.806,4	-69,9%	- 70.871,1	-72,7%	596.405,7	240.790,3	-355.615,4	-59,6%	-414.751,9	-62,5%
2.3.1 Abono e seguro desemprego	4.585,5	2.963,9	- 1.621,6	-35,4%	- 2.091,5	-41,4%	48.069,2	37.203,8	-10.865,3	-22,6%	-14.709,3	-27,5%
2.3.2 Anistiados	12,1	11,9	- 0,2	-1,6%	- 1,4	-10,7%	118,9	116,7	-2,1	-1,8%	-11,5	-8,7%
2.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	19.333,5	-	- 19.333,5	-100,0%	- 21.314,5	-100,0%	74.507,0	0,0	-74.507,0	-100,0%	-82.724,9	-100,0%
2.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	54,9	47,3	- 7,5	-13,8%	- 13,2	-21,8%	501,4	511,4	10,0	2,0%	-28,3	-5,1%
2.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.150,5	5.647,3	496,8	9,6%	- 30,9	-0,5%	46.943,3	50.905,8	3.962,5	8,4%	433,4	0,8%
2.3.5.1 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Benefícios	5.054,5	5.501,1	446,6	8,8%	- 71,3	-1,3%	45.936,5	49.660,5	3.724,1	8,1%	270,2	0,5%
2.3.5.2 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Precatórios	96,0	146,2	50,2	52,3%	40,4	38,2%	1.006,9	1.245,3	238,4	23,7%	163,2	14,6%
2.3.6 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	-	-	-	31,7	0,0	-31,7	-100,0%	-35,4	-100,0%
2.3.7 Créditos Extraordinários	49.114,0	13.206,3	- 35.907,7	-73,1%	- 40.940,1	-75,6%	342.729,3	95.903,8	-246.825,5	-72,0%	-282.927,0	-74,2%
2.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	659,2	574,3	- 84,9	-12,9%	- 152,5	-21,0%	7.480,1	5.797,0	-1.683,1	-22,5%	-2.321,4	-27,9%
2.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	105,0	111,5	6,5	6,2%	- 4,3	-3,7%	680,7	639,8	-40,9	-6,0%	-101,5	-13,4%
2.3.10 FUNDEB (Complem. União)	1.118,3	2.163,7	1.045,4	93,5%	930,8	75,5%	12.458,5	15.133,1	2.674,6	21,5%	1.814,2	13,1%
2.3.11 Fundo Constitucional DF	140,3	209,1	68,8	49,0%	54,4	35,2%	1.419,7	1.540,8	121,1	8,5%	10,2	0,6%
2.3.12 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	826,2	829,9	3,7	0,4%	- 81,0	-8,9%	7.239,6	7.203,0	-36,6	-0,5%	-613,5	-7,6%
2.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	-	332,3	332,3	-	332,3	-	0,0	3.859,3	3.859,3	-	4.018,0	-
2.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	182,5	262,5	80,1	43,9%	61,4	30,5%	21.938,1	18.089,4	-3.848,7	-17,5%	-5.836,0	-23,8%
2.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	5.117,4	- 34,9	- 5.152,3	- -	- 5.676,7	-	28.814,3	5.100,6	-23.713,8	-82,3%	-26.701,3	-83,4%
2.3.15.1 Equalização de custeio agropecuário	15,5	57,8	42,3	273,3%	40,8	238,6%	560,6	579,4	18,8	3,4%	-23,3	-3,7%

Discriminação	Setembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Set		Variação Nominal		Variação Real			
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %		
2.3.15.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1,1	69,2	68,2	-	68,1	-	790,1	1.954,9	1.164,8	147,4%	1.146,4	130,3%		
2.3.15.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,8	0,8	0,0	4,3%	0,0	-5,4%	21,4	7,6	-13,8	-64,3%	-15,9	-66,8%		
2.3.15.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	6,5	4,2	-	2,3	-35,6%	-	3,0	-41,6%	-32,6	-13,5	19,1	-58,6%		
2.3.15.5 Garantia à Sustentação de Preços	0,0	-	-	0,0	-100,0%	-	0,0	-100,0%	0,7	0,0	-0,7	-100,0%		
2.3.15.6 Pronaf	12,5	102,9	90,5	726,3%	89,2	649,5%	2.179,2	2.239,1	59,9	2,7%	-97,0	-4,0%		
2.3.15.7 Proex	81,4	-	25,8	-	107,2	-	115,5	-	447,1	480,2	33,1	7,4%		
2.3.15.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	2,1	4,7	2,6	126,3%	2,4	105,2%	114,6	162,9	48,3	42,1%	42,7	33,4%		
2.3.15.9 Álcool	-	-	-	-	-	-	2,4	0,0	-2,4	-100,0%	-2,6	-100,0%		
2.3.15.10 Fundo da terra/ INCRA	-	0,9	16,0	16,9	-	17,0	-	75,7	200,8	125,0	165,1%	122,5	145,5%	
2.3.15.11 Funcafé	0,0	-	-	0,0	-100,0%	-	0,0	-100,0%	5,6	4,3	-1,3	-23,2%		
2.3.15.12 Revitaliza	-	-	-	-	-	-	1,0	0,1	-0,9	-89,1%	-1,0	-89,7%		
2.3.15.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,6	0,3	-	0,3	-52,4%	-	0,4	-56,9%	1.647,3	827,4	-819,8	-49,8%		
2.3.15.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	-	0,2	0,2	-	0,2	-	7,9	8,0	0,1	1,2%	-0,4	-5,1%		
2.3.15.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	-	-	-	-	-	-	0,0	225,0	225,0	-	229,6	-		
2.3.15.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
2.3.15.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	-	-	-	-	-	-	35,8	31,8	-4,0	-11,2%	-6,7	-16,7%		
2.3.15.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	-	0,6	-	0,7	-	0,1	15,2%	0,0	4,5%	-165,5	-295,5	-130,0	78,6%	
2.3.15.19 Proagro	-	120,0	120,0	-	120,0	-	1.050,0	735,1	-314,9	-30,0%	-413,7	-35,3%		
2.3.15.20 PNAFE	0,5	-	-	0,5	-100,0%	-	0,5	-100,0%	48,9	-114,9	-163,8	-	-173,3	-
2.3.15.21 Fundo Nacional do Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
2.3.15.22 Sudene	-	-	-	-	-	-	18,7	5,4	-13,4	-71,3%	-15,2	-72,8%		
2.3.15.23 Subvenções Econômicas	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
2.3.15.24 Securitização da dívida agrícola (Lei 9.318/1595)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
2.3.15.25 Capitalização à Emgea	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
2.3.15.26 Cacau	-	-	-	-	-	-	8,6	0,0	-8,6	-100,0%	-9,6	-100,0%		
2.3.15.27 Demais Subsídios e Subvenções	4.998,0	-	384,6	-	5.382,6	-	5.894,8	-	21.996,8	-1.937,5	-23.934,3	-	-26.415,1	-
2.3.16 Transferências ANA	24,7	29,8	5,2	21,0%	2,6	9,7%	126,9	194,8	67,9	53,5%	59,2	42,0%		
2.3.17 Transferências Multas ANEEL	124,0	94,1	-	29,9	-24,1%	-	42,6	-31,2%	1.623,2	865,6	-757,6	-46,7%		
2.3.18 Impacto Primário do FIES	-	76,6	211,8	288,4	-	296,3	-	-308,6	-2.274,7	-1.966,1	637,1%	-1.922,6	561,6%	
2.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	1.995,9	-	-	1.995,9	-100,0%	-	2.200,4	-100,0%	2.032,5	0,0	-2.032,5	-100,0%		
2.3.20 Demais	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
2.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	19.423,7	22.272,5	2.848,8	14,7%	858,5	4,0%	164.221,3	172.710,3	8.489,0	5,2%	-4.432,8	-2,4%		
2.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	12.044,6	11.419,5	-	625,1	-5,2%	-	1.859,2	-14,0%	92.558,0	101.460,3	8.902,3	9,6%		
2.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.093,7	1.231,6	137,9	12,6%	25,8	2,1%	9.873,9	10.009,2	135,3	1,4%	-640,9	-5,8%		
2.4.1.2 Bolsa Família	2.754,4	1.204,6	-	1.549,8	-56,3%	-	1.832,0	-60,3%	10.738,4	15.344,2	4.605,8	42,9%		
2.4.1.3 Saúde	7.392,7	7.798,6	405,9	5,5%	351,6	-4,3%	64.588,5	68.321,6	3.733,1	5,8%	-1.212,6	-1,7%		
2.4.1.4 Educação	498,4	603,8	105,4	21,1%	54,3	9,9%	4.814,1	5.199,4	385,3	8,0%	14,3	0,3%		
2.4.1.5 Demais	305,4	580,9	275,5	90,2%	244,2	72,5%	2.543,0	2.585,9	42,9	1,7%	-170,9	-6,0%		
2.4.2 Discrecionárias	7.379,2	10.853,0	3.473,8	47,1%	2.717,7	33,4%	71.663,3	71.250,0	-413,3	-0,6%	-6.479,8	-8,1%		
2.4.2.1 Saúde	1.054,5	2.819,1	1.764,7	167,4%	1.656,6	142,5%	17.771,8	18.280,9	509,1	2,9%	-1.039,4	-5,3%		
2.4.2.2 Educação	1.596,6	1.745,8	149,2	9,3%	14,4	-0,8%	13.055,4	12.624,0	-431,3	-3,3%	-1.488,8	-10,3%		
2.4.2.3 Defesa	948,1	1.332,4	384,3	40,5%	287,2	27,5%	6.873,0	6.997,0	123,9	1,8%	-453,9	-5,9%		
2.4.2.4 Transporte	1.066,4	1.010,3	-	56,0	-5,3%	-	165,3	-14,1%	6.328,4	5.383,4	-945,0	-14,9%		
2.4.2.5 Administração	398,5	456,0	57,5	14,4%	16,7	3,8%	4.064,6	3.964,3	-100,2	-2,5%	-434,2	-9,6%		
2.4.2.6 Ciência e Tecnologia	332,0	332,3	0,3	0,1%	33,7	-9,2%	2.221,7	2.036,1	-185,6	-8,4%	-374,1	-15,1%		
2.4.2.7 Segurança Pública	194,1	336,4	142,3	73,3%	122,4	57,2%	2.232,0	2.065,2	-166,8	-7,5%	-361,7	-14,6%		
2.4.2.8 Assistência Social	205,0	148,0	-	57,0	-27,8%	-	78,0	-34,5%	1.768,7	1.303,2	-465,5	-26,3%		
2.4.2.9 Demais	1.584,1	2.672,6	1.088,6	68,7%	926,3	53,0%	17.347,8	18.596,0	1.248,1	7,2%	-200,3	-1,0%		

Discriminação	Setembro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Set		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
Memorando:												
3. TOTAL DAS DESP APURADAS PARA O RESULT PRIMÁRIO DO GOV CENTRAL (I+II)	198.176,2	151.693,2	-	46.483,0	-23,5%	-	66.788,9	-30,6%	1.688.848,4	1.450.160,9	-238.687,5	-14,1%
4. DESPESAS NÃO INCLUÍDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	90.337,8	39.325,6	-	51.012,2	-56,5%	-	60.268,6	-60,5%	643.553,9	367.738,4	-275.815,5	-42,9%
4.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	16.871,0	26.490,1	-	9.619,1	57,0%	-	7.890,4	42,4%	203.296,3	273.577,2	70.281,0	34,6%
4.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	11.358,6	17.884,9	-	6.526,3	57,5%	-	5.362,5	42,8%	144.130,0	197.075,2	52.945,3	36,7%
4.1.2 Contribuição do Salário Educação	983,6	1.119,7	-	136,1	13,8%	-	35,3	3,3%	9.559,8	10.470,7	910,9	9,5%
4.1.3 Exploração de Recursos Naturais	2.078,5	3.901,5	-	1.822,9	87,7%	-	1.610,0	70,3%	25.393,7	39.197,6	13.804,0	54,4%
4.1.4 CIDE - Combustíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	512,8	273,9	-238,9	-46,6%
4.1.5 Demais	2.450,4	3.584,0	-	1.133,7	46,3%	-	882,6	32,7%	23.700,0	26.559,7	2.859,7	12,1%
IOF Ouro	6,4	7,0	-	0,6	9,9%	-	0,0	-0,3%	42,0	53,3	11,4	27,1%
ITR	127,6	147,5	-	19,9	15,6%	-	6,9	4,9%	310,9	396,9	86,0	27,7%
FUNDEB (Complem. União)	1.118,3	2.163,7	-	1.045,4	93,5%	-	930,8	75,5%	12.458,5	15.133,1	2.674,6	21,5%
Fundo Constitucional DF - FCDF	1.198,1	1.265,8	-	67,7	5,7%	-	55,1	-4,2%	10.888,6	10.976,4	87,8	0,8%
FCDF - OCC	140,3	209,1	-	68,8	49,0%	-	54,4	35,2%	1.419,7	1.540,8	121,1	8,5%
FCDF - Pessoal	1.057,8	1.056,7	-	1,1	-0,1%	-	109,5	-9,4%	9.468,9	9.435,6	-33,3	-0,4%
4.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	73.448,6	12.822,6	-	60.626,1	-82,5%	-	68.151,9	-84,2%	440.149,1	93.992,0	-346.157,1	-78,6%
d/q Créditos Extraordinários do Impacto Primário do FIES	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	-0,0	-100,0%
4.3 Desp. não recorr. Just. eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	18,2	10,2	-	8,0	-44,2%	-	9,9	-49,4%	88,7	155,7	67,0	75,5%
4.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	18,0	8,8	-	9,2	-51,0%	-	11,0	-55,5%	85,2	114,6	29,5	34,6%
4.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	0,2	1,4	-	1,1	505,2%	-	1,1	448,9%	3,6	41,0	37,5	-
4.4 Despesas com aum. de capital de emp. estatais não depend. (Inciso IV do § 6º)	-	2,8	-	2,8	-	-	2,8	-	19,8	13,5	-6,3	-32,0%
4.5 Cessão Onerosa (Inciso V do § 6º) ^{2/}	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-
5. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	107.838,3	112.367,6	-	4.529,2	4,2%	-	6.520,3	-5,5%	1.045.294,5	1.082.422,5	37.128,0	3,6%

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Refere-se à transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões, ocorridos em novembro/2019, dos volumes excedentes da cessão onerosa.

2/ Corresponde à somatória de dois itens: i) pagamento à Petrobras decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa e ii) transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões, ocorridos em novembro/2019, dos volumes excedentes da cessão onerosa.